

01/02/1982 a 31/03/1982; 01/06/1982 a 31/03/1984; 01/01/1985 a 31/08/1988; 01/10/1988 a 31/03/1990; 01/05/1990 a 30/09/1990; 01/02/1991 a 28/02/1991; 01/04/1991 a 31/12/1991; 01/03/1992 a 31/05/1994; 01/10/1994 a 31/12/1995 e 02/08/1999 a 01/03/2006, num total de 8.138 dias de efetivo exercício prestados a entidades vinculadas ao RGPS e Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL, tornando sem efeito o despacho de 02/04/2020, publicado no D.O. de 03/04/2020 e a retificação publicada no D.O. de 08/04/2020.

Id: 2627112

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO
COLEGIADO ACADÊMICO

ATO DA PRESIDENTE

RESOLUÇÃO COLAC Nº 42 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

INSTITUI O PROGRAMA DE APRIMORAMEN-
TO DE COMPETÊNCIAS (PAC) DA UNIVERSI-
DADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO (UENF) E DÁ OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DO COLEGIADO ACADÊMICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF, no uso de suas atribuições legais, em especial a prevista no inciso VI do § 8º do art. 16 do Estatuto da UENF, o art. 182 do seu Regulamento Geral e em conformidade com o previsto nos incisos I e V do art. 53 da Lei Nacional nº 9.394/1996, bem como a aprovação pelo Colegiado Acadêmico em sua 301ª reunião, e

CONSIDERANDO:

- a defasagem de conteúdos essenciais do ensino médio, que prejudica o desempenho dos alunos nas disciplinas do ciclo básico e compromete o aprendizado em áreas fundamentais no início dos cursos de graduação da UENF,

- a necessidade de a UENF implementar estratégias eficazes para promover a permanência dos discentes de graduação, assegurando seu sucesso acadêmico e progresso nos cursos,

- o disposto na Lei nº 10.495 de 05 de setembro de 2024, que institui a Política Estadual de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar de Cursos Técnicos e Universidades, e

- a aprovação deste programa na 405ª reunião da Câmara de Gra-
duação e tendo em vista o Processo nº SEI-260002/006537/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Programa de Aprimoramento de Competências (PAC), sob a coordenação da Pró-Reitoria de Graduação (PRO-GRAD), com os seguintes objetivos:

I - oferecer apoio educacional nas áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Física, Química, Biologia, Tecnologia da Informação e Com-
putação Básica e Estratégias de Aprendizagem no Ensino Superior, para suprir lacunas no conhecimento fundamental dos discentes;

II - buscar mecanismos para reduzir a reprovação em disciplinas obri-
gatórias dos anos iniciais dos cursos de graduação da UENF, a fim de promover a permanência e o êxito na conclusão dos cursos;

III - autoavaliar e monitorar a eficácia do programa e ajustar as ati-
vidades conforme necessário, com base em dados e resultados ob-
servados, buscando ampliar a efetividade do suporte acadêmico ofe-
recido aos discentes dos cursos de graduação da UENF.

Art. 2º - O PAC será composto por Módulos de Formação Comple-
mentar (MFC) voltados ao desenvolvimento de competências essen-
ciais da formação do discente nas áreas mencionadas no art. 1º.

Parágrafo Único - Outras áreas do conhecimento poderão ser incluí-
das, conforme demanda dos Colegiados de Curso, desde que apro-
vadas pela Câmara de Graduação.

Art. 3º - As atividades do Programa de Aprimoramento de Compe-
tências (PAC) poderão ser oferecidas na modalidade presencial, a dis-
tância ou híbrida, conforme a necessidade e disponibilidade de recur-
sos, utilizando plataformas virtuais de aprendizagem, desde que as
propostas sejam aprovadas pela Câmara de Graduação.

§ 1º - Cada MFC contará com ementa, conteúdo programático, carga
horária e metodologia, a serem aprovados pela Câmara de Gradua-
ção.

§ 2º - Cada MFC será ofertado com a carga horária proporcional ao
conteúdo a ser desenvolvido, possibilitando flexibilidade na estrutura-
ção das atividades.

§ 3º - Os MFC poderão ser organizados em turmas de fluxo contínuo,
adaptando-se à demanda dos discentes e à disponibilidade de recur-
sos humanos e materiais.

§ 4º - A infraestrutura de salas de aula necessária para as atividades
presenciais deverá ser fornecida pelos Centros da UENF responsáveis
pelos seus cursos.

§ 5º - Cabe às coordenações de curso, em colaboração com a Pró-
Reitoria de Graduação (PROGRAD), organizar os horários das ati-
vidades do PAC, buscando otimizar a oferta dos MFCs comuns entre
diferentes cursos e priorizando conteúdos essenciais para o bom de-
sempenho nas disciplinas correlatas.

§ 6º - As coordenações de curso deverão, sempre que possível, ofe-
recer alternativas de horários que facilitem a participação dos discen-
tes, como MFC ofertados remotamente, atividades aos sábados ou
em períodos de menor carga acadêmica, conciliando o PAC com a
grade horária regular dos cursos de graduação.

Art. 4º - A matrícula em cada MFC deve ser feita pelo discente di-
retamente no Sistema Acadêmico de acordo com a disponibilidade de
vagas nas turmas.

§ 1º - A frequência em cada MFC será registrada com base na par-
ticipação nas atividades propostas e realizadas pelo discente.

§ 2º - A participação no PAC não garante aprovação nas disciplinas
regulares, sendo o sucesso dependente do esforço individual de cada
discente.

§ 3º - A definição dos módulos que o discente deverá frequentar po-
derá ser feita com base em um teste diagnóstico aplicado no início de
cada período letivo. Alternativamente, o discente poderá, ao identificar
suas dificuldades e necessidades, escolher os módulos que deseja
cursar, com o apoio da coordenação do curso ou orientador acadê-
mico para sua orientação.

Art. 5º - As atividades do PAC serão coordenadas pela Comissão
Permanente de Aprimoramento de Competências (CPAC) composta
por:

a) um docente de cada área do conhecimento participante do progra-
ma: Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, Biologia e Com-
putação

b) um representante da Câmara de Graduação;

c) um representante da Câmara de Assuntos Comunitários.

Parágrafo Único - Os membros da comissão serão indicados pelo
Pró-Reitor de Graduação, ouvidos os Centros, e designada pelo Rei-
tor.

Art. 6º - São responsabilidades da Comissão Permanente de Aprimo-
ramento de Competências (CPAC):

I - assessorar a PROGRAD na elaboração, execução e monitoramen-
to do Programa;

II - elaborar editais para seleção de bolsistas ou de docentes para
atuar no programa;

III - planejar, coordenar e supervisionar as atividades do PAC;

IV - propor as ementas e cronogramas dos módulos formativos com-
plementares;

V - avaliar periodicamente os resultados e sugerir melhorias.

VI - elaborar relatórios sobre o programa, submetendo-os à Pró-Rei-
toria de Graduação;

VII - reunir-se periodicamente com os bolsistas ou docentes que mi-
nistram os módulos das áreas de conhecimento.

Art. 7º - As turmas do PAC poderão ser ministradas por:

I - Bolsista do Programa de Apoio ao Ensino;

II - Pós-graduando do Programa de Estágio Docente, com anuência
do orientador;

III - Pós-Doutorando atuando na UENF,

IV - Docentes da UENF que aderirem ao programa.

§ 1º - Os materiais elaborados pelos bolsistas ou docentes respon-
sáveis pelas atividades do PAC deverão ser disponibilizados na pá-
gina do Programa e nas plataformas digitais indicadas pela Pró-Rei-
toria de Graduação (PROGRAD), utilizando as licenças de uso Crea-
tive Commons, conforme escolhidas no ato da assinatura do Termo de
Outorga de Bolsa ou do Termo de Adesão, quando aplicável.

§ 2º - O registro das atividades realizadas no âmbito do PAC será
formalizado pelo bolsista ou docente por meio de ata de conclusão,
indicando a carga horária total cumprida pelo discente, desde que haja
aproveitamento satisfatório, e validado no Sistema Acadêmico.

§ 3º - As atividades realizadas no âmbito do PAC não serão consi-
deradas para a composição de índices acadêmicos, nem computadas
como carga horária para a integralização do curso, salvo se reconhe-
cidas como atividades acadêmicas complementares, conforme o Pro-
jeto Pedagógico de cada curso de graduação.

§ 4º - As atividades realizadas no âmbito do PAC não serão utilizadas
para aproveitamento ou equivalência de disciplinas da matriz curricular
dos cursos de graduação.

Art. 8º - A avaliação da eficácia do PAC deverá ser contínua, utili-
zando indicadores como taxas de aprovação nas disciplinas obrigató-
rias, redução de evasão e devolutivas de desempenho, devendo me-
lhorias serem sugeridas pela Comissão do Programa.

Art. 9º - O PAC será implementado de forma gradual a partir do pri-
meiro período letivo de 2025, iniciando com os MFC essenciais e ex-
pandindo progressivamente, de acordo com a análise de resultados e
a capacidade institucional.

Art. 10 - A emissão de certificado de docência das atividades do PAC
será emitida pelo Sistema Acadêmico e assinada pela Secretaria Aca-
dêmica.

Art. 11 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Campos dos Goytacazes, 04 de novembro de 2024

ROSANA RODRIGUES
Presidente do Colegiado Acadêmico

Id: 2627128

Secretaria de Estado de
Transporte e Mobilidade Urbana

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA RIOTRILHOS Nº 018
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

DISPÕE SOBRE COMISSÃO DE GESTOR E
FISCAIS DOS CONTRATOS Nºs 474/24, REFE-
RENTE À AR 400C; 475/24, REFERENTE À
AR 202 E 476/24, REFERENTE À AR 203

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DE TRANSPORTES
SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRI-
LHOS, no uso de suas atribuições estatutárias, e conforme Processo
Administrativo SEI-100002/000148/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Gestor e os Fiscais da Contratação, conforme
preceitua o Decreto nº 48.650/2023, para acompanharem os Contratos
de Locação, nº 474/24, referente à AR 400C, situada à Rua Haddock
Lobo, junto e antes do nº 70- Tijuca-RJ; 475/24, referente à AR 202,
situada à Rua do Catete, junto e depois do nº 347, Catete-RJ e
476/24, referente à AR 203, situada à rua do Catete, junto e depois
do nº 311, Catete-RJ, todos firmados com o DETRAN-RJ, os seguin-
tes membros:

I - Gestor: Alcione Chaffin de Andrade Fabri, ID: 51358000;

II - Suplente: Isabela Aparecida Borges Baró, ID: 51390272;

III - Fiscal: Orlando D'Almeida Marques, ID: 32154046;

IV - Fiscal: Vinícius de Paula Baptista, ID: 8905665.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, fi-
cando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2025

RAFAEL MACHADO QUARESMA
Diretor-Presidente

Id: 2627091

Secretaria de Estado do
Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL

ATO DO PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.754 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

RECONHECE A INEXIGIBILIDADE DA APRE-
SENTAÇÃO DE EIA/RIMA.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AM-
BIENTAL - CECA, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em reu-
nião de 11/02/2025, e no uso das atribuições que lhe são conferidas
pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº
21.287, de 23/01/1995, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pe-
lo Decreto Estadual nº 48.690, de 14/09/2023, e pelo Decreto Esta-
dual nº 46.890, de 23/12/2019,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº SEI-070002/010348/2023, referente ao
requerimento de Licença Instalação - LI da empresa SCHLUMBER-
GER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. para instalar 19 (dezenove)
novos tanques de estocagem, com capacidade nominal total de arma-
zenamento de 3.577,5 m³ e um acréscimo de área de 759,5 m², para
ampliação da unidade de fluidos, da planta de fluidos e granéis sól-
idos, localizada na Rua General Gurjão nº 2 - Parte, Caju, Município
do Rio de Janeiro,

- que a atividade não se caracteriza como uma implantação ou am-
pliação das instalações, tampouco das atividades, dos terminais ma-
rítimos da Wilson Sons e entende-se que o art. 1º, III, da Lei nº
1.356/1988 não se aplica a este licenciamento, não sendo necessária
a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do respectivo
Relatório de Impacto Ambiental (RIMA),

- a Manifestação INEA/GERDAM SEI nº 138, da Procuradoria do
INEA,

- o Parecer Técnico de Deferimento dos Instrumentos de Controle
Ambiental nº INEA/INEA/SERVITPT/20/2025, da DIRLAM/INEA,

DELIBERA:

Art. 1º - Reconhecer a Inexigibilidade da apresentação do Estudo de
Impacto Ambiental - EIA e do respectivo Relatório de Impacto Am-
biental - RIMA da empresa SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PE-
TRÓLEO LTDA. para instalar 19 (dezenove) novos tanques de esto-
cagem, com capacidade nominal total de armazenamento de 3.577,5
m³ e um acréscimo de área de 759,5 m², para ampliação da unidade
de fluidos, da planta de fluidos e granéis sólidos, localizada na Rua
General Gurjão nº 2 - Parte, Caju, Município do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Encaminhar o processo ao INEA para o prosseguimento do
licenciamento ambiental.

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publica-
ção, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2025

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR
Presidente

Id: 2627015

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 12/02/2025

PROCESSO Nº SEI-070002/000160/2025- RATIFICO a despesa por
inexigibilidade, em conformidade com o artigo 74, da Lei nº
14.133/2021, em favor da empresa CONCESSIONÁRIA NATURGY,
inscrita sob o CNPJ 33.938.119/0001-69, para "PRESTAÇÃO DE
FORNECIMENTO DE GÁS PARA A UNIDADE DA GELAB - GERÊN-
CIA DE ANÁLISES LABORATORIAIS", no valor de R\$ 3.895,86 (três
mil oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos), nos
termos da autorização do Diretor Executivo e de Planejamento, au-
toridade ordenador de despesas, index. 91221818.

Id: 2627117

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA DIREX Nº 65
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025

ALTERA A COMISSÃO DE GESTÃO E FISCAL-
LIZAÇÃO DO CONTRATO INEA N. 32/2024,
FIRMADO ENTRE O INSTITUTO ESTADUAL
DO AMBIENTE - INEA E A EMPRESA SIMTE-
CH REPRESENTAÇÕES LTDA.

O DIRETOR EXECUTIVO E DE PLANEJAMENTO DO INSTITUTO
ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições que lhe
foram conferidas pela PORTARIA INEA/PRES N.º 1290 DE 13 DE
MARÇO DE 2024.

CONSIDERANDO:

- o Artigo 117 da Lei nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

-o constante dos autos do processo nº SEI-070002/016731/2024.

RESOLVE:

Art. 1º- Alterar a comissão de gestão e fiscalização do Contrato INEA
nº 32/2024, referente à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALI-
ZADA PARA MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO PARA A REDE
DE RADARES METEOROLÓGICOS BANDA-S DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO, CONTEMPLANDO OS 2 (DOIS) RADARES METEO-
ROLÓGICOS BANDA-S DOPPLER DE DUPLA POLARIZAÇÃO, MO-
DELO DWSR-8501S SDP, DA FABRICANTE ENTERPRISE ELEC-
TRONICS CORPORATION (EEC), LOCALIZADOS EM GUARATIBA
(RIO DE JANEIRO/RJ) E IMBOASSICA (MACAÉ/RJ)", a cargo da em-
presa SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA.

Art. 2º- Karen dos Santos Araujo ID 5150136-8, para a gestão do
contrato; Cinthia Avellar Martins - ID 44611030; Tayane Cordeiro Pal-
ma de Holanda - ID 50842048, para a fiscalização, e Marco Luiz Coe-
lho Netto - ID 20380259, como Suplente.

Art. 3º- A Comissão mdeverá acompanhar e fiscalizar a execução do
contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato
atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando,
para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluín-
do, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº
45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por 2 (dois)
servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao Gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao Gestor, de todas as informações relativas à execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao Gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da Divisão Contemplada pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, 2 (dois) membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência ou impedimento do servidor designado como fiscal, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita imediatamente junto ao Gestor do Contrato.

§1º - O Fiscal atuante que verificar situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, dia 12 de fevereiro de 2025

JOSÉ ANTÔNIO PAULO FONSECA
Diretor Executivo e de Planejamento

Id: 2627082

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE PÓS- LICENÇA

DESPACHO DO DIRETOR
DE 12/02/2025

PROCESSO Nº SEI- E-07/002.1664/2019 - INDEFIRO a impugnação em face do Auto de Infração SUPMAEIA/00153899, interposta por POSTO JOSÉ BAPTISTA LTDA, tendo em vista que a autuada não trouxe elementos de fato e de direito capazes de elidir o procedimento fiscalizatório, conforme verificado pela Assessoria de Apoio Jurídico.

Id: 2627125

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE PÓS-LICENÇA

DESPACHO DO DIRETOR DE PÓS-LICENÇA
DE 12/02/2025

PROCESSO Nº SEI-E-07/002.369/2020 - INDEFIRO a impugnação apresentada por Construtora Zadar LTDA, em face ao Auto de Infração SUPMAEAI/00156355, que aplicou a penalidade de multa simples no valor de R\$48.216,38, tendo em vista que a autuada não trouxe elementos de fato e de direito capazes de elidir o procedimento fiscalizatório, conforme verificado pela Assessoria de Apoio Jurídico.

Id: 2626886

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE PÓS-LICENÇA

DESPACHO DO DIRETOR DE PÓS- LICENÇA
DE 12/02/2025

PROCESSO Nº SEI-E-07/0052.7207/2019 - INDEFIRO a impugnação ao Auto de Infração nº SUPMAEAI/00153894 apresentado por Vix Logística S/A tendo em vista que os elementos da defesa não carregaram argumentos de fato ou de direito hábeis a elidir o procedimento fiscalizatório; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração e manifestação técnica.

Id: 2626867

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
GERENCIA DE GESTÃO DA VIDA FUNCIONAL

DESPACHO DA GERENTE
DE 27/12/2024

PROCESSO Nº SEI-E-07/002.981/2013 - Referente a apuração de Tempo de Serviço, para fim de Licença Prêmio, do servidor Orlando Gonçalves Matos, Id. nº 2151056-3, cargo de Técnico Ambiental. Sendo assim, **AUTORIZO** a concessão de 03 (três) meses do benefício, tendo em vista o direito relativo ao período base 28/01/2019 a 26/01/2024.

Id: 2627041

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE
AGRICULTURA E PECUÁRIA
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

*ATA 171 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-PESAGRORIO

Aos 16 dias do mês de setembro do ano de 2024, às 11h, reuniu-se o Conselho de Administração desta Empresa, de forma presencial na sala do Presidente do Conselho, situada na Avenida Rio Branco nº 135-9º andar Centro-Rio de Janeiro, e também por intermédio da utilização de software de vídeo conferência, consubstanciado no Parágrafo 3º, do art. 4º, do Decreto nº 47.219, de 19.08.2020, de forma virtual, O Presidente do Conselho **RODOLFO TAVARES**, as Conselheiras **LOURDES MARIA CORRÊA CABRAL** - representante da EMBRAPA e **DAYSE DO ESPIRITO SANTO PINTO** - representante da FAPERJ; e de forma presencial o Conselheiro **PAULO RENATO BASTOS RODRIGUES MARQUES** - Presidente da PESAGRO-RIO, a Secretária Executiva do Conselho Denise Maria d' Avila Peixoto Villar e como convidados o Diretor de Administração Anibal Sergio Correa de Souza, o Diretor Técnico Silvio José Elia Galvão, a Coordenadora de Pesquisa Raquel Muller e o Assessor Jurídico Júlio Cesar Moreira de

Jesus e a Chefe da Divisão de Contabilidade Vanessa Mendonça. Confirmado o quórum exigido o Senhor Presidente do Conselho ao dar início a reunião cumprimentando todos os presentes, e dando sequência aos trabalhos proferiu a leitura da Carta de Convocação: **Item 1** - Leitura das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2023 e Deliberação; **Item 2** - Leitura do PLANAT de 2024; **Item 3** - Aprovação e autorização para criação das filiais dos Centros de Pesquisas de Solos de Itaperuna e do Laboratório de Café em Varre-Sai junto aos órgãos competentes (JUCERJA e Receita Federal) **Item 4** - Autorização e Aprovação do Laboratório de Bananas. **Item 5** - Assuntos Gerais. O Senhor Presidente do Conselho dando sequência aos trabalhos solicitou que a Conselheira DAYSE DO ESPIRITO SANTO PINTO, representante da FAPERJ, em razão de sua expertise, que inicialmente agradeceu a confiança depositada e esclarecendo aos demais Conselheiros que após examinar de forma minuciosa as demonstrações contábeis do exercício de 2023 e o Relatório do Controle Interno, observou que ficou evidenciado a necessidade de alguns ajustes primordiais, sugerindo ao Senhor Presidente do Conselho que o **item 1** fosse objeto de uma nova reunião. O Senhor Presidente do Conselho consultou seus pares, sendo acolhida por unanimidade. **Item 2** - Leitura do PLANAT de 2024 e votação. O Senhor Presidente do Conselho concedeu a palavra a Conselheira DAYSE DO ESPIRITO SANTO PINTO, Representante da FAPERJ, que após análise verificou também necessidade de ajustes nos moldes da legislação sugerindo ao Senhor Presidente do Conselho que o **item 2**- fizesse parte da pauta de uma nova reunião. O Senhor Presidente do Conselho consultou seus pares, sendo acolhida por unanimidade. **Item 3** - O Senhor Presidente do Conselho consultou seus pares quanto à Aprovação e autorização para criação das filiais dos Centros de Pesquisas de Solos de Itaperuna e do Laboratório de Café em Varre-Sai junto aos órgãos competentes (JUCERJA e Receita Federal) - Deliberada por unanimidade. **Item 4**- Autorização e Aprovação do Laboratório de Bananas - Deliberada por unanimidade. **Item 5 - Assuntos Gerais** - O Senhor Presidente do Conselho Rodolfo Tavares passou a palavra ao Presidente da PESAGRO - o Conselheiro Paulo Renato Bastos Rodrigues Marques, que agradeceu inicialmente a oportunidade passando a relatar os fatos que ocorreram, esclarecendo que após reunião com o Diretor de Administração Anibal Sergio Correa de Souza, o Diretor Técnico Silvio José Elia Galvão e o Assessor Jurídico Júlio Cesar Moreira de Jesus entendemos ser primordial baixarmos vários atos administrativos urgentes, com abertura de processos de sindicância quantos fossem necessários. O Conselheiro Paulo Renato Marques passou a palavra ao Diretor de Administração Anibal Sergio Correa de Souza que fez um breve relato da situação encontrada ao assumir a função de Diretor de Administração em 07.05.24, afirmando que fará tudo que estiver ao seu alcance para sanar todas as pendências até dezembro de 2024. O Assessor Jurídico Júlio Cesar Moreira de Jesus, cientificou o Conselho que todas as medidas adotadas foram para restabelecer a ordem e dar continuidade aos programas que estão sendo desenvolvidos. O Senhor Presidente do Conselho entendeu as medidas e ratificou a necessidade de levantamentos rigorosos, assim como a imputação das responsabilidades. O Senhor Presidente do Conselho antes de encerrar a reunião deixou claro que tão logo sejam feitos os ajustes **do Itens 1 e 2 desta pauta**, a Secretária do Conselho encaminhará aos membros do Conselhos as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o Relatório da Assessoria de Controle Interno referente ao exercício de 2023 e o PLANAT 2024 para reexame da Conselheira DAYSE DO ESPIRITO SANTO PINTO, representante da FAPERJ, que irá nos cientificar quanto ao cumprimento para agendarmos a data de continuação dessa reunião. Diante do avançar da hora agradeço a participação de todos e nada mais havendo a tratar declarou encerrada a reunião e eu Denise Maria d' Avila Peixoto Villar, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente, que será entranhada nos autos do processo nº SEI-020003/000267/2024.

RODOLFO TAVARES
Presidente do Conselho

DAYSE DO ESPIRITO SANTO PINTO
Representante da FAPERJ

LOURDES MARIA CORRÊA CABRAL
Representante da EMBRAPA

DENISE MARIA D' AVILA PEIXOTO VILLAR
Secretária Executiva do Conselho

*Omitida do D.O 19.09.24

Id: 2627024

SECRETARIA DE ESTADO DE
AGRICULTURA E PECUÁRIA
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

*ATA 172 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-PESAGRORIO

Aos 09 dias do mês de outubro do ano de 2024, às 11h, reuniu-se o Conselho de Administração desta Empresa, de forma virtual , o Presidente do Conselho **RODOLFO TAVARES**, a Conselheira **DAYSE DO ESPIRITO SANTO PINTO** - representante da FAPERJ, a Conselheira **LOURDES MARIA CORRÊA CABRAL** - representante da EMBRAPA, o Conselheiro **PAULO RENATO BASTOS RODRIGUES MARQUES** - Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro a Secretária Executiva do Conselho Denise Maria d' Avila Peixoto Villar e como convidados o Diretor de Administração Anibal Sergio Correa de Souza, o Assessor Jurídico Júlio Cesar Moreira de Jesus. Confirmado o quórum exigido, o Senhor Presidente do Conselho deu início a reunião cumprimentando todos os presentes, e dando sequência aos trabalhos iniciados na reunião do dia 16 do mês de setembro do ano de 2024, passou a palavra ao Conselheiro Paulo Renato Bastos Rodrigues Marques, Presidente da PESAGRO que iniciou sua fala solicitando escusas pelo fato da Assessoria de Controle Interno não ter conseguido realizar rapidamente os ajustes, informando que em razão de problemas de saúde do atual responsável, designei interinamente o Assessor Daniel de Castro Fontelles para assumir os trabalhos e promover o cumprimento das recomendações que se faziam necessários, em atenção as observações da Conselheira Dayse do Espírito Santo Pinto, representante da FAPERJ. O Senhor Presidente do Conselho em seguida, trouxe a discussão sobre o **item 1** da pauta no tocante à apreciação, para fins de aprovação, das demonstrações financeiras e notas explicativas da PESAGRO-RIO, relativas ao exercício de 2023, assim, passou a palavra à Conselheira Dayse do Espírito Santo Pinto, que, após, reexaminar, verificou que os ajustes, uma vez sugeridos, foram efetivados pela Contadora Vanessa Mendonça, nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2023. O Senhor Presidente do Conselho e a Conselheira Lourdes Maria Corrêa Cabral parabenizaram a nobre Conselheira Dayse do Espírito Santo Pinto - representante da FAPERJ, pela expertise e trabalho realizado e, em seguida, o Senhor Presidente do Conselho consultou seus pares se poderia colocar a matéria em votação, sendo deliberada, por unanimidade, sem prejuízo das recomendações procedidas por este Conselho, e das constantes do Relatório de Auditoria, a **Aprovação** da Prestação de Contas Anual de Gestão do exercício financeiro de 2023. Na sequência, a Conselheira Dayse do Espírito Santo Pinto, também, recomendou empenho no que diz respeito à implementação, na estrutura societária da PESAGRO-RIO, de um Comitê de Auditoria Estatutário, como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente, conforme determinação contida no artigo 24 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, como também, tendo em vista a vacância do cargo de Conselheiro, decorrente do falecimento da representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão neste Conselho, à **convocação da Assembleia Geral, como dispõe o artigo 24 do Estatuto da PESAGRO-RIO. Item- 2- Leitura do PLANAT de 2024**- O Senhor Presidente do Conselho Rodolfo Tavares passou a palavra à Conselheira Dayse do Espírito Santo Pinto, que, após reexame, verificou que os ajustes uma vez sugeridos, haviam sido efetivados, registrando que conforme determina o artigo 5º da Resolução CGE nº 70, de 23 de dezembro de 2020 a matéria é objeto de aprovação do Conselho de Administração, retornando a palavra ao Senhor Presiden-

te do Conselho Rodolfo Tavares que consultou seus pares se poderia colocar a matéria em votação, sendo deliberada por unanimidade. Diante da anuência de seus pares, agradeceu a participação de todos e nada mais havendo a tratar declarou encerrada a reunião e eu Denise Maria d' Avila Peixoto Villar, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente, que será entranhada nos autos do processo nº SEI-020003/000267/2024.

RODOLFO TAVARES
Presidente do Conselho

DAYSE DO ESPIRITO SANTO PINTO
Representante da FAPERJ

LOURDES MARIA CORRÊA CABRAL
Representante da EMBRAPA

DENISE MARIA D' AVILA PEIXOTO VILLAR
Secretária Executiva do Conselho

*Omitida do D.O. de 18.10.2024

Id: 2627027

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 18/12/2024

PROCESSO Nº SEI-180007/001632/2022 - APROVO com ressalvas a prestação de contas do projeto VIBRA FESTIVAL DE INVERNO RIO 2022, da Peck Promoções e Eventos Ltda com CNPJ 05.198.962/0001-10, conforme Parecer 8 (93014616) Manifestação da Assessoria da Lei de Incentivo (93087643) e pela Resolução SECEC nº 266 de 23 de Março de 2023, bem como a Resolução nº 19 de 20 de Março de 2019 e pela Lei Estadual nº 8.266, de 26 de dezembro de 2018, pela Lei Estadual nº 7.035, de 7 de julho de 2015, pelo decreto nº 46.538, de 27 de dezembro de 2018.

Id: 2626724

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 10/02/2025

PROCESSO Nº SEI-180007/003492/2022- APROVO a prestação de contas do projeto NENHUM ALUNO A MENOS do proponente Mollica Rosa Filmes Ltda com CNPJ 36.378.187/0001-09, conforme Parecer 5 (92756839) Manifestação da Assessoria da Lei de Incentivo (93086116) e pela Resolução SECEC nº 266 de 23 de Março de 2023, bem como a Resolução nº 19 de 20 de Março de 2019 e pela Lei Estadual nº 8.266, de 26 de dezembro de 2018, pela Lei Estadual nº 7.035, de 7 de julho de 2015, pelo decreto nº 46.538, de 27 de dezembro de 2018.

Id: 2626740

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 10/02/2025

PROCESSO Nº SEI-180007/002455/2022- APROVO a prestação de contas do projeto 100 ANOS DE DARCY RIBEIRO do proponente Mu-riqui Cultural Ltda. - ME com CNPJ 19.208.393/0001-51, conforme Parecer 6 (92852586) Manifestação da Assessoria da Lei de Incentivo (93087449) e pela Resolução SECEC nº 266 de 23 de Março de 2023, bem como a Resolução nº 19 de 20 de Março de 2019 e pela Lei Estadual nº 8.266, de 26 de dezembro de 2018, pela Lei Estadual nº 7.035, de 7 de julho de 2015, pelo decreto nº 46.538, de 27 de dezembro de 2018.

Id: 2626739

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 10/02/2025

PROCESSO Nº SEI-180007/000120/2024 - APROVO a prestação de contas do projeto ZÉ PEREIRA 2024 do proponente Associação Carnavalesca Amigos do Zé Pereira com CNPJ 19.172.035/0001-36, conforme Parecer 4 (92739858) Manifestação da Assessoria da Lei de Incentivo (93086137) e pela Resolução SECEC nº 266 de 23 de Março de 2023, bem como a Resolução nº 19 de 20 de Março de 2019 e pela Lei Estadual nº 8.266, de 26 de dezembro de 2018, pela Lei Estadual nº 7.035, de 7 de julho de 2015, pelo decreto nº 46.538, de 27 de dezembro de 2018.

Id: 2626741

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 10/02/2025

PROCESSO Nº SEI-180001/000453/2024- APROVO a prestação de contas do projeto SONS DE VERÃO do proponente Projeção Projetos em Ação Ltda com CNPJ 21.613.372/0002-44, conforme Parecer 1 (91247465) Manifestação da Assessoria da Lei de Incentivo (93087574) e pela Resolução SECEC nº 266 de 23 de Março de 2023, bem como a Resolução nº 19 de 20 de Março de 2019 e pela Lei Estadual nº 8.266, de 26 de dezembro de 2018, pela Lei Estadual nº 7.035, de 7 de julho de 2015, pelo decreto nº 46.538, de 27 de dezembro de 2018.

Id: 2626742

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 10/02/2025

PROCESSO Nº SEI-180001/000453/2024- APROVO a prestação de contas do projeto GIGANTES NA TELA do proponente Trapiche Produções Artísticas Ltda com CNPJ 07.133.308/0001-54, conforme Parecer 2 (91259071) Manifestação da Assessoria da Lei de Incentivo (93086619) e pela Resolução SECEC nº 266 de 23 de Março de 2023, bem como a Resolução nº 19 de 20 de Março de 2019 e pela Lei Estadual nº 8.266, de 26 de dezembro de 2018, pela Lei Estadual nº 7.035, de 7 de julho de 2015, pelo decreto nº 46.538, de 27 de dezembro de 2018.

Id: 2626743

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA FTM Nº 510 DE 29 DE JANEIRO DE 2025

CONSTITUI COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO, PRESENCIAL E DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FTM/RJ, no uso de suas atribuições legais, face ao disposto no inciso XVII do artigo 9º do Decreto nº 13.392 de 21 de agosto de 1989, e tendo em vista o que consta no Proc. Administrativo nº SEI-180005/000065/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão de Pregão Eletrônico, Presencial e Agentes de Contratação da FTMRJ, a ser integrada pelos seguintes servidores: